



Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Regulamento n.º 1/2014, de 27 novembro

Altera o regulamento da AGMVM n.º 7/2013, de 3 de maio, que estabelece as regras sobre a dispensa, registo ou aprovação, estrutura e divulgação dos prospectos de ofertas públicas

O Regulamento da AGMVM n.º 7/2013 veio complementar as normas sobre a dispensa, o registo ou aprovação, a estrutura e divulgação dos prospectos de ofertas públicas previstas no Código do Mercado de Valores Mobiliários, permitindo assim, criar um quadro regulamentar mais esclarecedor no que respeita a uma matéria da maior relevância como é a das ofertas públicas.

Tanto o Código do Mercado de Valores Mobiliários como o referido Regulamento acolhem e aceitam a adopção de normas aplicáveis na União Europeia, promovendo assim a aproximação entre o enquadramento normativo e regulamentar vigente em Cabo Verde no que respeita à elaboração de prospectos de ofertas públicas e o aplicável na União Europeia, sendo que, se mostra necessário precisar as regras aplicáveis, em especial, à exigibilidade do prospecto.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 2 e 3 do artigo 187.º, n.º 4 do artigo 188.º, n.º 3 do artigo 195.º, todos do Código do Mercado de Valores Mobiliários, a AGMVM aprova a seguinte alteração ao Regulamento da AGMVM n.º 7/2013, de 3 de Maio:

Artigo 1º

(Alterações)

É alterado o artigo 5.º do Regulamento da AGMVM n.º 7/2013, de 3 de Maio – Que estabelece as regras sobre a dispensa, registo ou aprovação, estrutura e divulgação dos prospectos de ofertas públicas, que passa a ter a seguinte redacção:

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Artigo 5.º

(Formato e exigibilidade)

1. (...) 2.

(...) 3.

(...) 4.

(...) 5.

(...) 6.

(...) 7.

(...)

8. (...)

9. Para além do disposto no artigo 1º, n.º 2, o prospecto de oferta pública de distribuição não será exigível quando, de acordo com o previsto na Directiva n.º 2010/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Novembro de 2003, no Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão, de 29 de Abril, nas suas actuais versões em vigor, ou noutras directivas ou regulamentos que venham a alterar, substituir ou complementar qualquer daqueles, não for exigido um prospecto de oferta pública de distribuição.

10. Quando o oferente pretender fazer uso de uma dispensa de prospecto aplicável nos termos do número anterior, deverá notificar a AGMVM, com pelo menos 10 dias úteis de antecedência face ao início da oferta, podendo a AGMVM, exigir que o oferente prepare ou submeta à sua aprovação um documento informativo simplificado, em termos a determinar pela AGMVM no caso concreto.”



BOLSA DE VALORES
CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Artigo 2º

(Modificações e republicação)

É republicado na íntegra o texto do Regulamento da AGMVM n.º 7/2013, de 3 de Maio, com as alterações constantes no presente diploma.

Artigo 3º

(entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, Banco de Cabo Verde, na Praia, aos, 12 de Novembro de 2014. A Auditora Geral, *Maria Encarnação Alves Rocha*.